



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA

VITÓRIA SANTOS DE OLIVEIRA ¹

Resumo:

O presente ensaio tem como intenção propor o debate acerca do princípio educativo e sua estreita ligação com a prática profissional do serviço social, observando os determinantes históricos e políticos em que se inserem o desenvolvimento da práxis. Ao fim, nos propomos a pensar novas estratégias para uma atuação mais crítica, levando em conta os desafios contemporâneos para a construção de uma pedagogia crítica emancipatória.

Palavras-chave: Dimensão pedagógica; Consciência de classe; Princípio educativo; Serviço social.

Abstract:

This essay aims to propose a debate about the educational principle and its close connection with the professional practice of social work, observing the historical and political determinants in which the development of praxis is inserted. In the end, we propose to think about new strategies for a more critical action, taking into account contemporary challenges for the construction of an emancipatory critical pedagogy.

Keywords: Pedagogical dimension; class consciousness; educational principle; social work.

Introdução

O presente artigo é fruto de uma investigação teórica e bibliográfica acerca da dimensão político-pedagógica presente na atuação do assistente social.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dentro deste tema, buscou-se refletir sobre a função educativa do serviço social, herdada historicamente e que vem sendo ressignificada pela categoria, a partir do processo de renovação das bases teórico-metodológicas da profissão. Inicia-se o debate a partir do percurso histórico da profissão e como esta tem colaborado para a formação da consciência de classe e para a organização política dos movimentos sociais anticapitalistas. Este estudo se trata do levantamento teórico elaborado para a dissertação de mestrado da autora, cuja pesquisa se desenvolveu a partir de sua prática profissional nas favelas Chapéu Mangueira e Babilônia, localizadas na zona sul do Rio de Janeiro.

Partimos da hipótese de que o serviço social, em sua práxis cotidiana, exerce uma função educativa frente a classe trabalhadora, seja ela alinhada à perspectiva anti-hegemônica, seja em consonância com a reprodução das relações sociais capitalistas. Ainda que esta dimensão educativa não se apresente de forma estrita nos moldes escolares convencionais, sua intervenção incide sobre a leitura de mundo dos usuários, e pode impulsionar a tomada de consciência sobre os processos sociais na sociedade burguesa. Para tanto, o profissional é convocado a adotar uma postura crítico-reflexiva que converge com os princípios e valores do projeto ético-político da profissão, como a defesa intransigente da liberdade, justiça social e dignidade humana. Refletir acerca das possíveis práticas pedagógicas, devidamente apoiadas na teoria social de Marx, nos permite ampliar o horizonte de atuação e direcionar a prática para o desvelamento das ideologias dominantes que mistificam as relações de poder que sustentam a estrutura econômica.

Para compreender a construção da identidade profissional através de seu percurso histórico de surgimento e consolidação na sociedade capitalista, relacionando sua atuação à perspectiva de emancipação da classe trabalhadora, será adotado como referencial metodológico o materialismo histórico-dialético que busca apreender a totalidade dos processos sociais a partir do movimento histórico da sociedade e seus sujeitos. O texto percorre a trajetória histórica da profissão, desde sua gênese e profissionalização, levando questionamentos cruciais sobre sua natureza conflitiva e o significado social da práxis dentro da luta de classes. O esforço em trazer os fundamentos históricos e teórico-metodológicos neste texto se justifica ao esmiuçarmos os componentes da dimensão político-pedagógica do serviço social e como esta se apresenta na prática.

Ao fim, propõe-se uma reflexão sobre os desafios e possibilidades de construção de uma intervenção educativa de caráter crítico e classista, voltada para os desvelamentos das



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

contradições que permeiam as relações sociais capitalistas. Pretende-se estimular o debate sobre a relevância de adotar métodos que promovam a conscientização de classe como parte integrante da prática profissional, destacando sua dimensão política e ideológica.

1. A função educativa do serviço social: elementos históricos e metodológicos

Para compreendermos o exercício profissional do assistente social a partir de sua natureza educativa, devemos pautar o processo de profissionalização do serviço social enquanto agente institucional, inserido na divisão social e técnica do trabalho. No contexto socioeconômico latino-americano das décadas de 1920 e 1930 do século XX, verifica-se o crescimento exponencial da malha industrial ainda que a economia se mantivesse dependente dos países centrais. O que se observa, na dimensão social, é a solidificação de um proletariado nacional, empregado pela indústria e que se concentra nos grandes centros urbanos. Paralelo a isto, nota-se o aumento expressivo do exército industrial de reserva, formado por trabalhadores não inseridos no mercado formal de trabalho e, por isso, coagidos a sobreviver às margens de uma sociedade que negligencia as necessidades humanas em sua busca pelo lucro. De acordo com Yamamoto e Carvalho (2014) as condições de vida da classe trabalhadora eram extremamente degradantes, levando as famílias a uma existência atravessada por todo tipo de carência material e social. A partir desse quadro de superexploração do trabalho emergem os movimentos reivindicatórios, pelo aumento dos salários e redução das jornadas, além de leis e políticas de assistência e previdência.

O serviço social desponta neste processo híbrido de lutas e contrapartidas, quando a questão social é posta no campo político como forma de pressão por direitos sociais e trabalhistas. A demanda inadiável por agentes especializados tecnicamente para lidar com os conflitos, configura um novo padrão de profissional apto a sistematizar a prática caritativa e filantrópica, não obstante sua intencionalidade seja marcada pelo interesse em restringir e coagir os sujeitos individuais e desarticular os movimentos coletivos de trabalhadores. A burguesia se preocupa com a reprodução material da força de trabalho, tendo em vista os rumos alarmantes tomados pela pauperização absoluta do proletariado. Para garantir os níveis de produtividade e lucro, era necessário que o trabalhador estivesse apto à continuidade de sua exploração e, ainda, em total concordância com a sua condição de vida. Torna-se imperativo a oferta por serviços sociais que venham a tratar dos problemas mais imediatos da classe trabalhadora, como forma de manter um falso equilíbrio entre as forças contraditórias. Contribui, ainda, para a reprodução de padrões de vida e pensamento que se alinham com a perspectiva mercadológica.

A função educativa do serviço social, portanto, é intrínseca à gênese e natureza da profissão. Seja no aparelho público ou na iniciativa privada, a dimensão pedagógica exercida pelo assistente social, no contexto de emergência da profissão, é contínua e sólida, sendo funcional à racionalidade capitalista. Trata-se de uma instrumentalidade política cooptada pela hegemonia burguesa a favor da manutenção da ordem econômica. Esta função educativa se expressa principalmente nas instituições em que atua, colaborando como mediador entre as “concessões” feitas pelo Estado para a satisfação dos problemas sociais e a classe trabalhadora em suas formas de pressionar as autoridades. As políticas sociais e suas posteriores formas de desenvolvimento são o palco desta disputa de interesses e o principal campo ocupacional do serviço social.

As primeiras décadas em que se deu o processo de institucionalização e legitimação do serviço social, em princípio conferida pela classe dominante, careceram de um projeto profissional autônomo que trouxesse ao conjunto profissional a reflexão crítica sobre sua prática social. O assistente social, até então, atua em convergência com o projeto de classe imposto pela burguesia e sua prática se sobressai pela sua dimensão técnico-operativa e administrativa. Todavia, as técnicas empregadas no cotidiano profissional e de vida da classe trabalhadora, refletem o conteúdo político de controle e alienação da força de trabalho através da sua reprodução material. O insuficiente desenvolvimento teórico-metodológico do serviço social, neste contexto histórico, contribui para que seus agentes permaneçam atrofiados à ideologia do capital, mantendo sua prática esvaziada de um objetivo próprio e se reproduzindo de acordo com os protocolos determinados pelas classes dirigentes.

O argumento ideológico que marca a ação do Estado na questão social se expressa na crença de que a hegemonia burguesa era um padrão a ser perseguido por todos os homens, e sua possibilidade de alcançar tais padrões dependerá única e exclusivamente de sua força de vontade. Desta forma, a política social será aplicada de maneira setORIZADA e fragmentada, voltada para a resolução de casos individuais ou de grupos. A metodologia do serviço social, sob a ingerência do Estado e das organizações assistenciais privadas, dedica-se a organização de grupos de mulheres e crianças para aprendizado de trabalhos manuais, grupos de discussão sobre temas relacionados ao cuidado do lar e da saúde da família, assim como o incentivo à demais habilidades que possibilitassem a inserção no mercado de trabalho. A concepção conservadora que permeia tais atividades, segundo Faleiros (1985), incide significativamente nos pressupostos teórico-metodológicos adotados pelo serviço social.

Segundo o autor, na década de 1940, no Brasil, a profissão recebe forte influência do positivismo, amplamente utilizado nas escolas de serviço social norte-americanas, assim como na prática dos assistentes sociais deste continente. Com o fim da segunda guerra mundial e a vitória dos Estados Unidos, o país começa a se colocar com grande potência capitalista global e, logo, modelo de economia a ser seguido pelas nações que almejam tal progresso (Faleiros, 1985, p. 21). Como principais características deste período estão o incentivo à ampliação da malha industrial, implementação de uma política com traços imperialistas para manter as relações de dependência econômica entre América latina e Estados Unidos, busca por alianças e acordos que visavam o desenvolvimento econômico e social dos países periféricos, além da absorção massiva do conteúdo teórico aplicado às ciências sociais (positivismo e funcionalismo). Tais estratégias, implementadas com todo rigor diplomático, se mascaravam como iniciativas de cooperação entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, as quais buscavam resumir o passo a passo para a ascensão econômica dos países latino-americanos.

Objetivamente, estas transformações nos aportes teórico-metodológicos da profissão reafirmam a vertente psicologista que tem como primazia a responsabilização do indivíduo pelos problemas sociais que o acometem. Neste sentido, toda intervenção será direcionada ao aperfeiçoamento e correção de traços de personalidade, modos de viver e pensar o mundo para que o sujeito esteja apto a superar sua condição de subalternidade. As metodologias de grupo, largamente incentivadas no serviço social norte-americano, tinha como proposta o desenvolvimento humano através de atividades como terapias ocupacionais em grupo, preparando o indivíduo para a convivência harmônica em sociedade. Estas técnicas têm como pressuposto a naturalização das relações sociais no capitalismo, extinguindo todo teor político da questão social.

A implantação do serviço social de casos e de grupos, no Brasil, é assimilada pela Igreja católica como uma continuidade do serviço social cristão, reforçando os princípios da ajuda, do humanismo e da justiça social através da caridade. Estes campos de ação do serviço social englobam uma perspectiva positiva da sociedade de classes, concebendo-a como universal e natural, suprimindo seu conteúdo histórico. As demandas dos trabalhadores são atenuadas pela psicologia da ajuda, que parte como modelo o trabalho social aplicado no contexto econômico e social norte-americano. O que se verifica neste quadro societário é a reprodução da metodologia funcional a realidade dos EUA, dado o seu lugar de capitalismo avançado.

Abreu (2011) identifica, em seus estudos, os principais perfis pedagógicos assumidos pelos profissionais e a base teórica e prática sustentada por eles. Dessa maneira, o primeiro perfil apontado pela autora se traduz no perfil pedagógico da “ajuda”, que se afirmou no serviço social durante seu processo de institucionalização, inicialmente nos Estados Unidos e Europa e logo após difundindo-se no Brasil. O elemento fundante desta prática interventiva se concretiza na psicologização da questão social e suas expressões, trazendo como abordagem principal os atendimentos individuais com vistas à reintegração e adaptação do sujeito à realidade econômica e social (Abreu, 2011).

A função pedagógica do serviço social, neste contexto de crescimento do capitalismo e agravamento da desigualdade entre as classes, é de significativa importância para conter os movimentos sociais da classe trabalhadora e exercer o controle sobre os indivíduos, atuando na perspectiva de culpabilização dos homens pela sua condição de subalternidade. Para tanto, o exercício profissional se ampara na racionalização da assistência material e atendimento psicossocial, através dos métodos de caso, grupo de comunidade, como ferramentas técnico-operativas intermediadas pelos pressupostos teóricos do funcional-estruturalismo norte-americano. Este perfil direciona a atuação para uma modernização das práticas conservadoras historicamente herdadas pelo serviço social e conforma-se através de uma postura acrítica e passiva dos agentes em relação às requisições institucionais.

Ao assistente social será atribuída a função de reeducar e disciplinar o trabalhador, extraíndo dele qualquer resquício de criticidade e autonomia intelectual, para torná-lo um cidadão adaptado e funcional à dominação capitalista. Sobre o exercício profissional, neste cenário socio-histórico, Abreu ressalta que

sob a ótica da pedagogia da ajuda, por intermédio do relacionamento psicossocial o assistente social, imbuído de competência técnica e poder institucional, decodifica e seleciona situações e indivíduos, bem como habilita os indivíduos para acesso ao serviço ou auxílio solicitado, enquadrando-os nos padrões morais de sociabilidade determinados pelo capital (Abreu, 2011, p. 95).

A consolidação deste perfil pedagógico da ajuda tem lugar privilegiado junto às políticas de assistência social que, sob a justificativa de atender necessidades básicas dos usuários, se servem da manipulação ideológica para reafirmar a condição de explorado e dependente da ajuda estatal. Esta prerrogativa transforma a ação social em assistencialismo conferindo aos profissionais o rótulo de agentes humanitários em prol da paz e harmonia social (Abreu, 2011).

A dimensão político-pedagógica do serviço social ganha mais concreticidade a partir



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do seu processo de institucionalização Estatal e privada, considerando que este movimento emerge no período histórico de passagem para a era dos monopólios no capitalismo. A prática ganha novo sentido e funcionalidade nas relações de produção, sendo a ação educativa uma das atividades mais significativas presentes no plano de trabalho institucional.

Entre o conjunto de doutrinas que tiveram expressiva repercussão na formação social e econômica do Brasil, a ideologia desenvolvimentista representa uma série de preceitos que visam o crescimento capitalista e a regulação da cultura, solidificando o continente norte-americano como padrão a ser perseguido. A teoria desenvolvimentista parte da categorização das nações entre economias de capitalismo desenvolvido, com expansivo mercado nacional, tecnologia superior e modernização da malha industrial, e países subdesenvolvidos, os quais evidenciam padrões socioeconômicos tidos como atrasados e insuficientes. A abordagem ideológica se sustenta pelo argumento de que, com a aplicação de uma série de medidas políticas, sociais e econômicas, estes países poderiam alcançar os mesmos patamares de desenvolvimento que os países centrais (EUA e Europa ocidental).

As experiências de Desenvolvimento de Comunidade (DC) são primeiramente elaboradas e incentivadas pelas recém-criadas agências internacionais, sob o ilusório discurso de cooperação entre países desenvolvidos que coletivamente se organizam para auxiliar os países de capitalismo periférico em sua busca pelo desenvolvimento social. A ideologia desenvolvimentista representa, em última instância, uma tentativa de modernização dos mecanismos de controle da classe trabalhadora, como subterfúgio à crise do capital. Os organismos internacionais buscavam difundir amplamente os benefícios desta política, frente a uma suposta necessidade de dinamização das relações do capital e reatualização do modelo econômico de crescimento do mercado mundial.

Os pressupostos teórico-metodológicos plasmados pelo advento do DC, influenciaram em larga escala a atuação dos assistentes sociais nos países de capitalismo avançado, sendo trazido ao Brasil ainda na década de 1940, no entanto ganha força entre as décadas de 1950 e 1960 com a proposta desenvolvimentista do então presidente Juscelino Kubitschek. Mais do que um processo político, o DC se conforma como um processo educativo que tem como enfoque o estímulo a participação dos sujeitos para a formação de redes de solidariedade e cooperação que levariam ao aperfeiçoamento territorial e enfrentamento dos limites estruturais. O princípio educativo implícito nestas ações locais dissemina enquanto ideologia fundante, a concepção de que os problemas advindos da desigualdade social e da pobreza crônica da população, podem



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ser mitigados pelo esforço conjunto dos membros de suas comunidades. A questão social é interpretada pelos agentes do Estado e pelos setores da burguesia como um assunto de responsabilidade comum entre trabalhadores e população pertencente a determinada comunidade local, de forma que as medidas de combate devem ser de iniciativa coletiva, impulsionando a autonomia destes grupos.

Neste sentido, os agentes responsáveis pela execução destes projetos contam com a formação técnica e intelectual para planejar e gerenciar soluções inovadoras que, em tese, seriam construídas conjuntamente com a comunidade. Estas equipes técnicas são preparadas para adentrar as comunidades rurais, carregando consigo uma lista de recomendações a serem passadas aos residentes, elencando como pressupostos a modernização dos processos de trabalho no campo e o desenvolvimento social local das populações. Ammann (2009) chama a atenção para o teor ideológico destas ações, onde os discursos vinham a reproduzir as relações de dominação, esvaziando o conteúdo político e classista destas intervenções. Em última instância, estas ofensivas capitalistas vislumbravam a urgência em inserir a produção rural nos moldes tecnológicos em que se encontrava a produção industrial, por isso, utilizam-se da mobilização dos camponeses para estimular a modernização mantendo a estrutura agrária vigente.

De acordo com suas reflexões, o trabalho social realizado dentro desta proposta, limita os profissionais a ações focadas no crescimento econômico e social dos territórios através de visão despolitizada que não questiona as bases estruturais que reproduzem as expressões da desigualdade social (Ammann, 2009). Apresentando como princípio de ação a transformação cultural das populações comunais, impondo novas visões de mundo e padrões de existir, insere nestes grupos o desejo pelo progresso como forma de alcançar melhorias nas condições de vida. Sob a narrativa de um suposto equilíbrio social, as mudanças em pequena escala são vistas como etapas para o avanço tecnológico e social da nação, mediante a participação de toda a população, independente das classes ou posições sociais. Neste sentido, a ideologia desenvolvimentista aposta na ação educativa destes pequenos grupos, na intenção de despertar o sentimento coletivo e a proatividade em modificar o meio social.

A prática do assistente social, neste contexto, se efetiva através da mobilização popular e a dimensão político-pedagógica se consubstancia no trabalho com famílias e indivíduos e a comunidade enquanto sujeito coletivo, intervindo para educar e resguardar os papéis tradicionalmente atribuídos aos diferentes gêneros e classes, sem levantar a perspectiva crítica



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

classista. O serviço social assume papel significativo na consolidação da ideologia burguesa revelada pela proposta de Desenvolvimento de Comunidade e seus agentes reafirmam o alinhamento ideológico com a manutenção da ordem capitalista através dos discursos da modernização e desenvolvimento nacional, onde se faz necessário a cooperação de todos. Abreu (2011, p. 108) define esta “política participacionista” como uma reatualização da função educativa do serviço social onde o profissional atua com novas estratégias de gestão da pobreza e persuasão da classe trabalhadora em nome de um ilusório bem-estar social proporcionado pelo desenvolvimento comunitário.

Sobre este assunto, Abreu (2011) identifica a tentativa de impor um “conformismo mecanicista” enquanto princípio pedagógico efetivado na prática do serviço social, trazendo a perspectiva da modernização e do progresso econômico como uma escolha que depende do esforço e da participação coletiva. Para tanto, era necessário a reorganização cultural dos grupos e comunidades para imprimir a concepção de que através do trabalho e da ajuda mútua, seria possível a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

Estas propostas, devidamente aliadas aos programas de desenvolvimento latino-americano empreendidos pelo capital estrangeiro, buscam a coesão e equilíbrio nos conflitos entre as classes, tendo em vista a ameaça comunista propagada, principalmente, pela revolução cubana de 1959. O serviço social se vê encarregado em promover ações de cunho educativo, coordenadas pelos programas e projetos encabeçados pelo capital norte-americano, levando a categoria evoluir no debate sobre as práticas pedagógicas e o papel do serviço social no desenvolvimento econômico do país. Observa-se a necessidade de aprimorar a prática para promover a conscientização da classe trabalhadora sobre as mazelas sociais crônicas e sobre as possíveis soluções para sua condição de dependência econômica. Com os instrumentos educativos necessários, o serviço social ocupa-se de integrar o homem ao meio social mediante a transformação de valores e modos de vida, preparando-o para as mudanças estruturais advindas do desenvolvimento capitalista.

As mudanças engendradas na sociedade brasileira no período pós-64, se refletem no seio da categoria profissional como um impulso para a modernização das técnicas e instrumentais operativos utilizados pelos seus agentes, frente as novas demandas postas pelo aprofundamento da questão social. Paralelo a este movimento interno, o serviço social é reafirmado, em seus campos sócio-ocupacionais, como profissional de inclinação subalterna porém fundamental às iniciativas de adestramento e conformação da classe trabalhadora, pela hegemonia burguesa. Por



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

parte do Estado, é interessante que o serviço social mantenha sua natureza conservadora e alienada, trazendo à prática profissional a postura policialesca e reacionária da qual a ditadura se utiliza no trato às camadas populares.

2. A renovação do serviço social e a aproximação com a tradição marxista: o caminho para uma pedagogia crítica

É na passagem da década de 1950 para 1960 que se inicia, ainda muito vagarosamente, no interior do conjunto profissional, um processo de questionamento das bases teóricas e científicas que moldam a prática do serviço social. Ou ainda, a reflexão sobre a ausência de teor científico para embasamento do exercício profissional, inserido no aparato institucional. Este fenômeno, intitulado por Netto (2001) como renovação do serviço social, se configura como um processo de revisão dos eixos teóricos constantes na formação profissional e que permeiam o conhecimento científico utilizado e produzido pelo serviço social e, conseqüentemente, guiam a prática profissional e seu compromisso ético-político. Em um cenário de profundas mudanças políticas, cerceamento de direitos e eclosão de ditaduras militares pelos diversos países do continente, que o serviço social volta sua atenção para as particularidades vivenciadas pelos países latino-americanos. A este respeito, o autor (Netto, 2001, p. 131) ressalta que um dos principais objetivos do movimento, em sua totalidade, se resume na “explícita politização da ação profissional, solidária com a ‘libertação dos oprimidos’ e comprometida com a ‘transformação social’”. A recente dinâmica de reestruturação profissional convida os agentes a repensar o escopo de práticas, objetivos, técnicas e estratégias constantes em sua atuação, possibilitando uma nova ótica sobre as formas de operacionalização do cotidiano institucional.

De acordo com estas as reflexões, no período em que se instaura a autocracia burguesa no país, o serviço social é apreendido como instrumento de mobilização e consenso das massas, utilizado na tentativa de validação do regime antidemocrático e resgate do tradicionalismo. Se por um lado, a ditadura autocrática burguesa se empenhou, através do trato repressivo aos profissionais e intelectuais da época, para a consolidação da prática tradicional voltada para o funcionalismo e coesão social, por outro lado, a própria reestruturação dos aparelhos estatais e das novas requisições do mercado privado aos assistentes sociais foi determinante para estimular o processo de construção da consciência crítica destes profissionais.

Concomitantemente, a aproximação do serviço social com as ciências sociais e, especialmente, a tradição marxista, se encarrega de dar continuidade a este movimento de reorganização das práticas políticas no âmbito da categoria. É neste processo de questionamento



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de suas vinculações intelectuais que o serviço social denuncia a necessidade de ressignificação das determinações históricas da profissão e reinterpretação dos quadros conceituais impostos até então. Isto é, a inserção do assistente social na máquina estatal como parte de um instrumento de reprodução da hegemonia burguesa demonstra um movimento dotado de especificidades e contradições tendo em vista a condição de assalariamento do conjunto profissional.

O governo ditatorial cria, mesmo sem a intenção, as condições favoráveis para germinar os frutos que levam o serviço social à revisão crítica da sua autorrepresentação e significado social junto às camadas populares. Isto se efetiva, conforme pontua Netto (1996), pela massiva institucionalização do serviço social nas políticas sociais, o que favorece a vinculação destes agentes com os movimentos sociais da classe trabalhadora e sua consequente identificação com os conflitos postos pela lógica de produção do capital; a progressiva laicização e integração do serviço social aos movimentos católicos de esquerda, facilitando o desmantelamento das diretrizes confessionais que se expressavam na prática.

Ou seja, a história nos mostra que, para além das demandas impostas pela dinâmica de reprodução social da economia capitalista, o serviço social também é produto de seu movimento interno de transformação e questionamento das bases tradicionais que o compõem. Estabelecendo o contraponto às suas determinações históricas, o movimento de reconceitualização concebe a necessidade em dialogar com as correntes científicas diversas a fim de se apropriar de um conteúdo essencialmente crítico que possibilitará uma nova compreensão acerca dos movimentos políticos que ensejam as relações de produção e reprodução do capital. Para além disso, o movimento evidencia a intenção em reformular as práticas profissionais em busca de um novo horizonte de atuação alinhado com as expectativas da classe trabalhadora, que conforma seu principal objeto de intervenção.

3. A práxis pedagógica do assistente social: limites e possibilidades

Para Abreu (2011, p. 03), a função pedagógica do Serviço social vai além de simples práticas educativas e informacionais, e se caracteriza como elemento organizador de uma cultura “por meio do qual são articulados interesses econômicos, políticos e ideológicos, na formação de um modo de vida”. Colabora para a formação da visão de mundo dos sujeitos e, logo, possibilita a desconstrução de paradigmas e consolidação de estratégias anti-hegemônicas. Esta dimensão educativa no exercício profissional deve estar diretamente alinhada às principais lutas e reivindicações da classe subalterna, de modo a contribuir com processos de mobilização e organização populares que emergem das diversas manifestações da questão social. A autora

ainda nos aponta que o maior desafio para o fortalecimento da atuação político-pedagógica do assistente social se materializa nas tendências conservadoras que atravessam cotidiano profissional e se colocam através da redução e desmonte de direitos

Desta forma, buscamos elencar alguns desafios vivenciados na trajetória do assistente social dentro dos movimentos sociais e das políticas públicas, que agem como elementos limitantes na materialização da pedagogia crítica na prática profissional. Entre eles, estão:

a) Compreender as possibilidades de autonomia do assistente social, dada sua condição de assalariamento como profissional especializado e inserido na divisão social e técnica do trabalho;

b) As restrições impostas pelas instituições, de natureza pública ou privada, que em escala macro ou microssocial, estão submetidas às leis capitalistas e tendem a reproduzir política e ideologicamente a dominação de classes;

c) As tendências conservadoras que se manifestam no cenário político e cultural e incidem no exercício profissional e na formação acadêmica;

d) A lógica de produtividade que atravessa os campos socio-ocupacionais, retirando o caráter qualitativo das práticas pedagógicas e mantendo os planos de trabalho numa superficialidade inerente ao imediatismo cotidiano.

Para superar efetivamente esses limites, destacamos como caminho indispensável a busca pelo conhecimento científico, que servirá de fundamento para a prática profissional. A eficácia da prática só será alcançada quando ela estiver aliada à teoria compreendida pelo paradigma metodológico dialético, que se compromete com a desmistificação dos processos ideológicos. Gramsci nos dá o embasamento conceitual a acerca da pedagogia de vertente marxista. Ao enfatizar a urgência de uma educação “desinteressada”, refere-se à necessidade de um ensino que esteja genuinamente focado no desenvolvimento integral dos indivíduos, tanto em suas capacidades objetivas quanto subjetivas (Nosella e Azevedo, 2012).

Gramsci dedicou parte de seus estudos à questão da educação, que se revela pelo sistema escolar formal, mas não apenas por meio deste. A escola desinteressada é aquela caracterizada por oferecer uma formação de “rigor científico e de ampla cultura geral que os habilitam para os cargos de direção da sociedade” (Nosella e Azevedo, 2012, p. 27). Na sociedade de classes, onde a educação expressa em seu conteúdo as estruturas de poder, a escola desinteressada se volta para a formação dos filhos e filhas da burguesia, aqueles que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

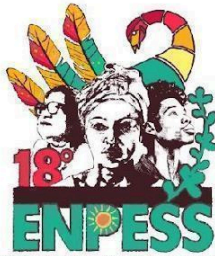
devem ser preparados para dirigir e assumir posições de domínio, reproduzindo as relações que já estabelecidas.

Trazendo o debate para a questão dos intelectuais e do princípio pedagógico, é interessante pontuar, à luz do pensamento gramsciano, as complexas relações entre os tipos de filósofos identificados pelo autor e sua função educativa e organizativa de uma nova cultura. Baratta contribui para esta discussão ao analisar detalhadamente os escritos carcerários de Gramsci, onde o marxista italiano desenvolve a ideia acerca das práticas pedagógicas para a propiciar “uma unidade cultural-social”, na qual se engendram os movimentos coletivos espontâneos dos homens da massa, ressignificando filosoficamente sua ação histórica (Baratta, 2010, p. 38). A filosofia, neste contexto, é inscrita como concepção de mundo que colabora para a metamorfose da consciência da classe subalterna e para formação de um ambiente cultural unificado, onde o ponto de vista dos sujeitos coletivos convergem para um único objetivo. Ao passo em que trabalha para modificar o ambiente em que se insere, o filósofo individual cria uma esfera favorável à sua autocrítica constante, ou seja, a manutenção da relação dialética entre educador e educando.

Considerações finais

O conteúdo teórico abordado neste trabalho proporcionou uma breve reflexão sobre o princípio pedagógico inerente à prática do assistente social, delineando, por meio de uma análise histórica, as principais características dessa dimensão educativa do exercício profissional. Ao examinarmos o processo de profissionalização da categoria, foi possível observar que esta se configura como um campo atravessado por relações de poder, resultado das contradições fundamentais do sistema capitalista. Consequentemente, ao longo da história, a prática profissional foi se adaptando aos interesses das classes dominantes, incorporando o viés educativo como um elemento crucial na reprodução das relações de classe.

A partir dos elementos metodológicos elencados na sistematização da prática, observamos e justificamos a hipótese inicial de que o serviço social corrobora com a formação política e intelectual dos sujeitos de sua intervenção e pode, assim, contribuir para romper com a ideologia dominante. Como denuncia Abreu (2011), o assistente social se coloca como agente formador e organizador da cultura, a partir de seu alinhamento político e capacidade de desvelamento dos fenômenos sociais que se apresentam no cotidiano de trabalho, mas que demandam a superação do pragmatismo, da imediatividade e da burocratização dos processos institucionais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Neste estudo concluímos, portanto, que o serviço social se torna, no auge do desenvolvimento das forças produtivas, elemento crucial na luta de classes. Uma vez alinhado com os princípios ético-políticos da profissão, seus agentes devem observar que sua atuação tem a capacidade de formar opinião, multiplicar o conhecimento e contribuir para a retomada de consciência política dos sujeitos.

Referências

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

_____. A questão pedagógica e a perspectiva de hegemonia das classes subalternas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, 2018. p. 385-402

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia**: das origens a Araxá. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BARATTA, Giorgio. Escola, filosofia e cidadania no pensamento de Gramsci: exercícios de leitura. **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 1 (61), jan./abr. 2010. p. 31-49

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1985.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Cadernos do cárcere**: volume 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

NOSELLA, Paolo; DE AZEVEDO, Mário Luiz Neves. A educação em Gramsci. **Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 2, p. 25-33, 2012.